

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS INTERESSADAS EM PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE ÀS PESSOAS, FAMÍLIAS E COMUNIDADES ATINGIDAS PELO EMPREENDIMENTO MINERÁRIO “PROJETO GROTA DO CIRILO”, DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA SIGMA MINERAÇÃO S.A., NAS COMUNIDADES DE PIAUÍ POÇO DANTAS, PONTE DO PIAUÍ E SANTA LUZIA, NOS MUNICÍPIOS DE ARAÇUAÍ E ITINGA/MG.

1. Informe os seguintes dados da pessoa jurídica:

- a) Nome da organização:
- b) CNPJ:
- c) Endereço postal:
- d) Endereço eletrônico (*e-mail*):
- e) Sítio eletrônico:
- f) Telefone / celular / *Whatsapp*:

2. Dados do/a responsável pela organização:

- a) Nome:
- b) CPF:
- c) Endereço eletrônico (*e-mail*):
- d) Telefone / celular / *Whatsapp*:

3. Breve histórico de atuação da organização, ressaltando os aspectos mais diretamente relacionados às questões indicadas no Edital (máximo 30 linhas):

4. Descreva as experiências anteriores abrangendo:

- a) Experiência técnica comprovada na atuação com pessoas atingidas por desastres, ou por remoções forçadas ou por grandes obras ou empreendimentos; (máximo 25 linhas)
- b) Experiência técnica comprovada de atuação na perspectiva de direitos humanos, ou mobilização social ou metodologias participativas; (máximo 25 linhas)

5. A organização dispõe de mecanismos de transparência e controle interno e social? Quais são?

Ciente de que isso é um requisito previsto no **Termo** e caso a organização não disponha de mecanismos de transparência e controle interno e social suficientes, deverá declarar, nos moldes do anexo VI, que se compromete a implementar ou aperfeiçoar estes mecanismos até a data da contratação. (máximo 15 linhas)

6. Os documentos abaixo deverão ser anexados a este formulário:

- a) Cópia do estatuto registrado e suas alterações, bem como, cópia da ata da eleição de seus atuais dirigentes;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a entidade existe há, no mínimo, três anos e possui cadastro ativo;

c) Comprovação de experiência (s) anterior (es) informada (s) nos termos do item 4 subitens “a” e “b”, mediante atestado(s) e capacidade técnica emitido(s) por entidade pública ou privada ou apresentação de instrumentos jurídicos ou documentos correspondentes, sendo também admitidos para fins de comprovação:

i) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

ii) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

iii) Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela entidade ou a respeito dela;

iv) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto desta chamada pública ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

d) Declaração relativa a não ter praticado atos contrários à lei anticorrupção, conforme modelo disponível no anexo III.

e) Declaração de independência técnica, financeira e institucional da entidade, conforme modelo disponível no anexo IV.

f) Declaração de não incidência nas vedações da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10/2024, conforme modelo disponível no anexo V.

g) Declaração de implantação de mecanismos de transparência e controle social, conforme modelo disponível no anexo VI.

7. O MPMG poderá solicitar informações adicionais caso entenda necessário.

ANEXO III

DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

[MODELO]

[identificação da pessoa jurídica], CNPJ nº xxx, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, não ter participado de qualquer prática ou realizado qualquer ato contrário à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), bem como todas as outras leis e normas com finalidade e efeito semelhantes e que não está respondendo a processos criminais ou investigações em inquéritos civis públicos relacionados a improbidade administrativa.

Local-UF, ____ de _____ de 20 ____

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA TÉCNICA, FINANCEIRA E INSTITUCIONAL

[MODELO]

Declaro, sob as penas da lei, que a *[identificação da pessoa jurídica]*, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxx], tem independência técnica, financeira e institucional em relação à Sigma Mineração S.A.,

não havendo com ela contratado, a qualquer tempo, no Brasil ou no exterior, conjunta ou individualmente.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA NAS VEDAÇÕES DA RESOLUÇÃO CONJUNTA CNJ/CNMP Nº 10/2024

[MODELO]

A **[identificação da pessoa jurídica]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[xxx]**, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de credenciamento no processo seletivo de escolha de entidade para prestar Assessoria Técnica Independente (ATI) às pessoas, famílias e comunidades atingidas pelo empreendimento minerário “Projeto Grota do Cirilo”, de responsabilidade da Sigma Mineração S.A., nas comunidades de Piauí Poço Dantas, Ponte do Piauí e Santa Luzia, nos municípios de Araçuaí e Itinga/MG, que:

1. A entidade, seus dirigentes e os profissionais que integrarão a equipe técnica multidisciplinar a ser mobilizada **não incidem em nenhuma das vedações previstas no artigo 7º da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10 de 2024**;
2. Não há, no âmbito da instituição ou de seus membros, quaisquer situações de conflito de interesses, impedimentos de ordem legal ou vínculos proibidos com os membros e servidores das Instituições de Justiça envolvidas na condução deste processo seletivo.

A entidade declara-se ciente de que qualquer alteração posterior em sua situação fático-jurídica ou na composição de sua equipe técnica que venha a caracterizar impedimento nos termos da referida Resolução Conjunta deverá ser comunicada imediatamente ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).

Local-UF, ____ de _____ de 2026.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO E SOCIAL

[MODELO]

Declaro, sob as penas da lei, que a *[identificação da pessoa jurídica]*, caso venha a ser escolhida, se compromete a implantar ou aperfeiçoar mecanismos de transparência e controle interno e social.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)